

“DESBRAVANDO NOVAS FRONTEIRAS”: AS COLONIZADORAS PARTICULARES E O AVANÇO DA COLONIZAÇÃO NO PLANALTO RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

BREAKING NEW GROUND”: PRIVATE COLONIZERS AND THE ADVANCE OF COLONIZATION ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU IN THE FIRST REPUBLIC

Rosane Marcia Neumann¹

RESUMO

O bicentenário das imigrações alemãs no Brasil independente (1824-2024) é uma ocasião singular para refletir sobre os processos migratórios e os seus impactos nas sociedades estabelecidas, tanto no pretérito quanto no presente. Considerando a produção historiográfica e as novas abordagens teórico-metodológicas, objetiva-se revisitar a temática das empresas de colonização e as colônias particulares, no Planalto Rio-grandense, durante a Primeira República, destino do fluxo migratório do excedente populacional colonial no período. Como caso emblemático de colonizadora e colônia particular, estuda-se o projeto de colonização da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, uma companhia estrangeira, fundada em 1898, com sede em Leipzig, Alemanha, a qual adquiriu várias glebas de terra nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões, com o propósito de estabelecer uma colônia particular, étnica-alemã e a-confessional. Para tanto, analisou-se a documentação administrativa e as publicações da colonizadora. Assim, observou-se que a Colonizadora Meyer tinha um projeto de colonização bem estruturado, adaptado às circunstâncias do cotidiano, com um viés capitalista, evidenciado no comércio de terras, e um viés cultural, ao propiciar assistência religiosa e educacional, voltada à preservação da germanidade. Portanto, as empresas de colonização foram fundamentais na expansão da fronteira colonial, via colônias particulares – étnicas, mistas, confessionais –, na região do Planalto Rio-grandense, na Primeira República.

Palavras-chave: Migrações. Colonizadoras. Colônias particulares. Rio Grande do Sul. Primeira República.

ABSTRACT

The bicentenary of German immigration to independent Brazil (1824-2024) is a unique occasion to reflect on migratory processes and their impact on established societies, both in the past and in the present. Considering historiographical production and new theoretical-meth-

¹ Doutora em História (PUCRS). Pós-doutorado em História (Universidade Livre de Berlim; PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC). Professora Visitante voluntária no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG). Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL/RS).

odological approaches, the aim is to revisit the theme of colonization companies and private colonies on the Rio Grande do Sul Plateau in the First Republic, the destination of the migratory flow of the colonial population surplus in the period. As an emblematic case of a colonization company and a private colony, we studied the colonization project of the Dr. Herrmann Meyer Colonization Company, a foreign company founded in 1898, based in Leipzig, Germany, which acquired several plots of land in the municipalities of Cruz Alta and Palmeira das Missões, with the aim of establishing a private, ethnic-German and a-confessional colony. To this end, the administrative documentation and publications of the colonization company were analyzed. Thus, it was observed that Colonizadora Meyer had a well-structured colonization project, adapted to the circumstances of everyday life, with a capitalist bias, evidenced in the land trade, and a cultural perspective, by providing religious and educational assistance, aimed at preserving Germanness. Therefore, colonization companies were fundamental in the expansion of the colonial frontier, via private colonies – ethnic, mixed, confessional – in the region of the Rio Grande do Sul Plateau in the First Republic.

Keywords: Migrations. Colonizers. Private colonies. Rio Grande do Sul. First Republic.

INTRODUÇÃO

O bicentenário das imigrações alemãs no Brasil independente (1824-2024) traz à tona as narrativas e memórias construídas e consolidadas no decorrer deste período, tanto no espaço coletivo dos núcleos coloniais, reatualizadas de geração em geração, quanto pela historiografia.² Os escritos de memorialistas e pesquisadores diletantes responsabilizaram-se por preservar a memória do “imigrante herói”, que venceu as agruras do *urwald*/ floresta, e contribuiu, com a sua persistência e o seu trabalho, no desenvolvimento e progresso do sul do país, deixando suas marcas na economia, na sociedade e na cultura – hábitos, tradições, costumes, língua, arquitetura, culinária –, reforçando e (re)atualizando as identidades étnicas. Como desdobramento, essas zonas de colonização de línguas alemãs se representam, são representadas e são vistas como pequenos redutos europeus em terras brasileiras – imagem amplamente difundida nos meios de comunicação e no setor do turismo.

Em termos de historiografia, a obra-síntese de Jean Roche, *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1969, 2ª edição 2022), tornou-se clássica, sobre o tema, dado a densidade de pesquisa, sua abrangência e seu acesso às fontes. Trata-se de uma obra síntese e totalizante, que abre pouca margem para críticas ou contestações. Logo, no apagar das luzes do século XX,

2 O Rio Grande do Sul comemora o dia 25 de julho como a data da chegada da primeira leva de imigrantes de línguas alemãs à Real Feitoria do Linho Cãnhamo, renomeada, então, para Colônia Alemã de São Leopoldo, no ano de 1824, seguida por novas levas de imigrantes, alimentando um fluxo migratório contínuo. Logo, 2024 marca a passagem dos 200 anos de fundação da colônia alemã de São Leopoldo.

concluiu-se que “tudo que há sobre (i)migração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, já está escrito”. Neste contexto, propor qualquer nova pesquisa representava mais uma narrativa de reafirmação da identidade étnica individual, familiar ou local, ou seja, “mais do mesmo”.

Contudo, essa leitura totalizante e laudatória, reproduzida também em espaços acadêmicos, nos quais “migrações” era/é tema de pesquisa marginal – pelo menos até os anos 2000 –, gradualmente mostrou-se parcial e capenga. Primeiro, porque ao discutir imigrações alemãs, referiam-se às colônias do período imperial, situadas no entorno de São Leopoldo (1824), consagradas pela historiografia como “colônias velhas”, território incorporado, em parte, à região metropolitana de Porto Alegre, e urbanizado. O turista desavisado, ao dirigir-se a São Leopoldo em busca dos “traços típicos de uma colônia alemã”, vai se decepcionar, visto que restaram apenas alguns vestígios sutis. Segundo, pelo desconhecimento por parte dos pesquisadores acadêmicos das particularidades e da dinâmica migratória no restante do estado, em especial, a colonização do Planalto Rio-grandense, na Primeira República, sua pluralidade étnico-racial, sua cultura, suas tradições, seus hábitos e costumes.

Ao circular por essas regiões hoje, o estranhamento inicial é em relação ao relevo e à paisagem, ou seja, os imigrantes/descendentes das colônias velhas se estabeleceram nos morros e nos vales dos grandes rios – Sinos, Taquari e Caí –, onde cultivavam, em pequenas propriedades, e preservam extensas áreas florestais; já os imigrantes alemães/descendentes do Planalto Rio-grandense têm como paisagem as coxilhas, com algum terreno mais acidentado, onde as florestas cederam espaço, rapidamente, às extensas lavouras de milho, trigo, e, a partir da década de 1960, à soja. As diferenças se refletem também nos seus espaços urbanos e na área territorial dos municípios.

Enfim, há, neste horizonte, um mesmo grupo étnico, resultado de um longo processo de imigração, estabelecido em um mesmo território, mas em regiões geográficas distintas, que influenciam o desenvolvimento posterior, e sua concepção de “zona de imigração alemã”. Assim, deste lugar histórico-geográfico – o noroeste do Planalto Rio-grandense – e olhar de pesquisadora – descendente de famílias teuto-brasileiras que fizeram o deslocamento das “colônias velhas” para as “colônias novas” (como aponta Abdelmalek Sayad (1998), migrante chama migrante), local onde se uniram pelo casamento e formaram suas famílias – foi sendo lapidado um objeto de pesquisa, abordado tangencialmente pela historiografia: as empresas de colonização particulares. Contribuiu para a escolha do tema e o recorte a disponibilidade de um acervo com a documentação de uma empresa de

colonização³, bem como a familiaridade com a nomenclatura da colonização, como vivência cotidiana: colono/*kolonist*, linha/*pikade*, colônia/*kolonie* etc.⁴ Iniciava-se, assim, uma trajetória de pesquisa, na qual as companhias de colonização – as empresas – são o fio condutor, ao qual estão atrelados os colonos – os sujeitos – e as colônias – o espaço da ação, e, costurando essa estrutura, os agentes de imigração e/ou os diretores das colônias, que funcionavam como mediadores entre o colonizador, a colônia, o colono e o Estado/poder público.

Delimitado o objeto de estudo, a problemática e as fontes primárias, coube delimitar o referencial teórico, e correlacionar a colonizadora e seu projeto em estudo com outros empreendimentos de colonização privados. Detectou-se, então, que se tratava de uma temática inexplorada pela historiografia acadêmica, um *urwald* a adentrar, implicando na construção e delimitação de conceitos, categorias de análise, metodologia de estudo e interpretação das fontes. Relativo às fontes, há um arquivo administrativo da empresa de colonização, mas suas ramificações alastravam-se em diversos documentos, espalhados em diferentes arquivos. Foi quando se compreendeu que pesquisar companhias colonizadoras é como procurar “uma agulha em um palheiro”, uma vez que os documentos são múltiplos e se encontram em várias instâncias – administrativos, documentos públicos, judiciais, notariais, inventários, plantas, mapas, escrituras públicas, contratos, imprensa etc.

Os inúmeros percalços deram início a uma investigação *a la* Sherlock Holmes – coisa que o historiador deve fazer, conforme o paradigma indiciário do Carlo Ginzburg (1989) – perseguindo pistas, vestígios, formulando hipóteses, construindo redes de “suspeitos”, até conseguir montar o quebra-cabeça aproximado da estrutura e do funcionamento deste univer-

3 O acervo da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer encontra-se sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, de Panambi/RS (MAHP). A documentação inclui relatórios, cartas, contratos de terras, escrituras, inventário, plantas, mapas, livro caixa, publicações, fotografias, além de cópias autenticadas de documentos recolhidos em outros acervos. Considerável parcela da documentação é manuscrita, e, com exceção dos documentos emitidos pelos órgãos públicos, encontra-se em língua alemã. O acesso aos documentos é público.

4 A memória oral local ainda menciona no cotidiano “a colônia Neu-Württemberg”, ou o nome antigo das linhas coloniais. Os nomes das linhas e do então distrito foram nacionalizados, mas a estrutura ainda é preservada. O hoje município de Panambi e Condor é dividido em “Linhas”, que por sua vez, são divididas em lotes coloniais, e os antigos “travessões” são a referência para definir as divisas. As Linhas ainda preservam a estrutura ou os resquícios dela, organizada pela Colonizadora: um lote colonial central, com escola, igreja, cemitério, sociedade cultural, residência do professor, área esta administrada de forma comunitária pelos colonos, via sociedade jurídica sem fins lucrativos.

so colonial, seus agentes e atores, para “resolver o caso”, e construir uma narrativa plausível.

Traçada a trajetória da escolha do tema de pesquisa, será esboçado, a seguir, um apanhado geral sobre colonização e colônias particulares, e, na sequência, uma discussão sobre o modelo de colonização particular, com o recorte teórico-metodológico voltado à Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que atuou no cenário da colonização do Planalto Rio-grandense, a partir de 1897/1898 até 1932, concentrando seus negócios nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões.

1 Imigração espontânea e colonização privada: um projeto de Estado

Imigração, terras, colonização e trabalho pautaram as discussões do Império, ao longo do século XIX, perpassando as discussões dos Ministérios, da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como das instâncias provinciais e municipais. O ponto central da divergência residia no modelo de colonização a ser adotado e na necessidade de imigrantes estrangeiros, quando se avançava na discussão sobre qual imigrante era o ideal. No decorrer do Império, debateu-se a necessidade de mão de obra livre para substituir o trabalho escravo e aumentar a densidade demográfica de regiões interioranas, mas, ao mesmo tempo, questionava-se a opção em trazer imigrantes estrangeiros, alegando a disponibilidade de braços “ociosos” nos centros urbanos, que poderiam ser direcionados para projetos de colonização. Nessa queda de braço, muito mais política que socioeconômica, mantiveram-se dois modelos de colonização: as colônias próximas aos centros urbanos e consumidores, destinadas aos imigrantes europeus, e as colônias militares, situadas em zonas estratégicas e afastadas, destinadas aos colonos nacionais e militares.

No Segundo Reinado, os relatórios dos sucessivos ministros do Ministério do Império (1832-1888) se debatiam, em um primeiro momento, em torno do modelo de imigração e colonização a ser adotado no país, considerando que o governo sozinho não podia nem deveria arcar com esse investimento, que, a seu ver, era elevado, e com resultados pouco efetivos. Neste quesito, lembravam o modelo de imigração subsidiada ainda no governo de D. João VI, com a fundação de colônias públicas mediante o estabelecimento de imigrantes de línguas alemãs no sul da Bahia e no Rio de Janeiro, as quais acabaram por se dissolver, diluindo sua população pelas redondezas. Já no 1º Império, por iniciativa de D. Leopoldina, houve a fundação da colônia pública de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, nas imediações da capital, Porto Alegre. Essas tentativas de colonização, corrompidas na

sua gênese, tanto naquilo que se refere ao descumprimento das promessas feitas aos imigrantes por parte do Império, quanto às relações de trabalho e à desqualificação dos imigrantes para o trabalho agrícola, foram apontados como fatores negativos, a serem evitados em qualquer outro projeto de colonização. Para interiorizar a atuação do governo, garantir a abertura de estradas e a navegação fluvial, o Império passou a apostar na criação de colônias militares, em locais estratégicos, agregando às mesmas também colonos nacionais.

O segundo ponto referia-se aos sujeitos a serem colocados nas colônias: imigrantes estrangeiros ou colonos nacionais? Aqui, as discussões sinalizavam para a necessidade de “imigrantes morigerados, camponeses e trabalhadores”, com acesso à terra como pequenos proprietários, e não como assalariados. Como desdobramento, os defensores da imigração estrangeira reivindicavam uma Lei de Terras, aprovada em 1850, e regulamentada em 1854, que facultou a compra e venda de terras; bem como sinalizavam para a carência de mão de obra nas fazendas de café do sudeste, em virtude da extinção do tráfico negreiro, avançando, por vezes, no debate, chamando atenção ao quanto o trabalho escravo afastava o imigrante do país (Iotti, 2001).

O terceiro aspecto referia-se ao fracasso da colonização pública, até então. A colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, após superar a fase de estruturação, passou por um período de estagnação, entre 1835 e 1845, em razão da Guerra dos Farrapos ou Farroupilha, quando a Província do Rio Grande do Sul estava ocupada com o conflito. Os dados estatísticos apontam que a colônia manteve um crescimento abaixo do esperado, porém constante, permitindo-lhe um rápido desenvolvimento ao final da guerra civil. O desenvolvimento econômico e humano da colônia sulina serviu de modelo, a partir de então, para expandir a área colonial no estado sulino, incentivando a entrada de mais imigrantes.

Não obstante, toda pauta de imigração e colonização, já no Império, ressaltava que a imigração espontânea e a colonização privada eram mais efetivas, uma vez que o imigrante deveria trazer consigo capital suficiente para adquirir um lote colonial, e estabelecer-se como camponês. Por tratar-se de uma colônia privada, o colonizador teria mais cuidado na seleção dos imigrantes, a fim de não ter prejuízos. Com esse modelo de imigração e colonização, caberia aos empresários arcar com as despesas, além de evitar a entrada de imigrantes miseráveis. Embora este fosse o modelo mais promissor, havia dúvidas, uma vez que os empreendimentos da iniciativa privada mostraram-se inviáveis, revertendo as terras e a colônia à União – por exemplo, Blumenau, em Santa Catarina, e Rheingantz, no sul do Rio Gran-

de do Sul –, e renderam ao país o *Rescrito von der Heydt*, de 1859, promulgado pela Prússia, em decorrência das denúncias de exploração e maus tratos aos imigrantes nos cafezais, cujo ápice foi a revolta na fazenda do Senador Vergueiro, em São Paulo, liderada pelo imigrante suíço Thomas Davatz.⁵

O modelo de colonização baseado na imigração espontânea e colonização particular foi implementado de forma efetiva, e em larga escala, no final do século XIX, com a abolição da escravidão e a Proclamação da República. O modelo passou a prevalecer nos três estados sulinos, incorporando o Planalto-riograndense, o Centro-oeste catarinense e o Centro-oeste paranaense à zona de colonização – as colônias novas –, assumindo cada projeto feições próprias e específicas, evidenciando que o universo das colônias particulares é heterogêneo e multiétnico, habitado por empresários e colonos capitalistas, interessados na compra e venda de um bem: o lote colonial.

Portanto, no decorrer do século XIX, o Império foi o protagonista na política de imigração e colonização, haja vista ser o maior detentor de terras devolutas, direcionando a instalação de núcleos coloniais em zonas estratégicas, defendendo fronteiras e incrementando a produção, o crescimento demográfico e a expansão das vias de comunicação e transporte, conexão modernizada com a introdução da via férrea e do telégrafo. A partir de 1899, com a Proclamação da República, a política imigratória não sofreu modificações significativas, passando a ser de responsabilidade dos estados. Ao longo de mais de um século de imigração no Brasil, o perfil do imigrante se modificou, tal qual as exigências para seu recebimento. De 1824 a 1907, não havia uma lei constitucional brasileira que regulamentasse a imigração, nem ao menos uma definição sobre quem era o imigrante. O decreto de 31 de dezembro de 1924 passou a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, entendendo-se como tal “todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias” (Roche, 2022, p. 143; Iotti, 2001).

No Brasil meridional, a colônia (o lugar) e os colonos (os sujeitos) são expressões de uso corriqueiro, e remetem a núcleos formados com imigrantes de origem europeia e seus descendentes, no decorrer dos séculos XIX a meados do século XX. Define-se como colônia a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola, em pequena propriedade. Todavia, nem todo colono era imigrante, mas a maioria era colono. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la

5 O Rescrito de Heydt também proibia a propaganda em favor da emigração ao Brasil, e uma emigração limitada ao sul do país. Em 1871, a proibição foi estendida a toda a Alemanha, com a unificação. A restrição só foi revogada em 1896. Em todo período, houve um fluxo regular de imigração no Brasil, mas em número reduzido.

produtiva. Os imigrantes, paulatinamente, passaram a se identificar e se reconhecer como colonos, e seu espaço, colônias. Por sua razão social, chamam-se “colônias públicas” aquelas fundadas pelo governo, com seus recursos – imperiais/governo federal, provinciais/governo estadual e municipais –, e “colônias particulares” aquelas implantadas pela iniciativa privada com recursos próprios – empresas de colonização ou indivíduos particulares.

Ao historiar a origem desses termos e sua ambiguidade, Jean Roche (2022, p. 36) situa-os no tempo e no espaço. Segundo o autor, no pós-independência, o imperador D. Pedro I “anuncia que apelará para agricultores livres, brancos, mas não portugueses, pois a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros”. Os colonos seriam alocados em regiões remotas e estratégicas. Nessa perspectiva, no século XIX “colonizar é, por um lado, introduzir com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar, e, por outro, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas”. Nos atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares e na imprensa, a palavra colonizar é usada com esse sentido. No século XX, “desejando dar uma nova definição jurídica ao imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola”. Iniciava-se, então, uma colonização tutorada pelos órgãos encarregados de controlar a imigração. “Estabelecidos nas terras concedidas, os imigrantes foram, primeiramente, agricultores e artesãos rurais, como se lhes pedia, *colonos*, isto é, homens ligados à terra que exploravam”. Por sua vez, o emprego da palavra “colonização” pelos brasileiros provém de “uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região sob a direção do governo brasileiro por mão de obra originária da Alemanha”.

Sendo assim, as colônias alemãs, italianas, polonesas, holandesas etc. que se formaram no Brasil não mantinham uma relação jurídica de metrópole e colônia com o seu país de origem. Os laços transnacionais preservados e retroalimentados eram de natureza social, cultural, econômica, inseridos em uma rede mais ampla e complexa. Roche (2022, p. 37) argumenta que “o termo *kolonist* designa, especialmente, o homem que desbrava e cultiva a terra e que seja um neologismo local, o de *kolonie* possui, em alemão, outras acepções além de lote ou de estabelecimento rural”. Para além do sujeito e do seu território, o “ser colono” carrega consigo uma identificação do grupo étnico e da nacionalidade predominante no referido núcleo colonial, como uma forma de diferenciação em relação aos “outros”.

Na mesma linha, Renzo M. Grosseli assinala que o entendimento europeu do termo colonização difere do latino-americano:

Na área latino-americana, o termo colonização significa povoamento de vastas áreas do território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamento, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada “colônia” [...]. Colonização, portanto, é um termo que se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenas proprietários rurais (Grosseli, 1987, p. 274-275).

Por sua vez, Leo Waibel (1958, p. 214) afirma que no Brasil não houve, predominantemente, colonização espontânea, mas “tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém”, seja pelo governo federal, das províncias ou estados, dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras, individualmente. Por conseguinte, “os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização”. Para o governo, a colonização é a política de povoamento e o desenvolvimento de regiões estratégicas, dependente de fatores políticos, frequentemente instáveis, e que interferem diretamente na administração das colônias:

Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem-sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala (Waibel, 1958, p. 217-218).

Concernente à estrutura da colônia, as colônias públicas e as colônias particulares seguiam um padrão semelhante. Com referência à formação territorial de colônia particular, sobressaem-se duas tendências: o colonizador recebia, mediante requerimento, uma gleba de terras devolutas, com o compromisso de colonizá-la com imigrantes, num prazo preestabelecido; o descumprimento implicava rescisão de contrato, comum durante no Império; o colonizador comprava as terras de particulares ou do próprio governo, arcava com todas as despesas, contando com a imigração espontânea/não subsidiada ou migração interna, modelo predominante durante a República. Em ambos os casos, a colônia restringia-se a uma área delimita-

da, sem muitas opções de expansão, e os proprietários retiravam-se quando concluída a comercialização das terras. A área da colônia era subdividida em lotes coloniais, com área média de 48 hectares, no início do século XIX, passando a 25 hectares no final do século. Os lotes eram alinhados por uma linha, travessão ou picada, que também servia como via de comunicação e estrada. As “linhas coloniais” ou “picadas” seguiam, em geral, os fundos de vales fluviais, alinhados lado a lado, com centenas de metros de distância entre si. A extensão das linhas coloniais era variável, podendo abrigar dezenas ou centenas de lotes:

Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. É este exatamente o tipo de povoamento e a distribuição da terra que eram usados no fim da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Lá, este tipo de povoamento é chamado *waldhufendorf*. *wald* significa floresta, *dorf* quer dizer vila e *hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono. [...] este tipo de povoamento é quase desconhecido no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes. Quase toda essa população é originária de vilas aglomeradas (*haufendörfer*), onde eles moravam comprimidos uns aos outros (Waibel, 1958, p. 243).

As colônias públicas e as colônias particulares se aproximavam nos aspectos formais: a estrutura da colônia, com sede urbana, subdivisão em linhas ou picadas, que, por sua vez, se dividiam em lotes coloniais; a pequena propriedade rural de produção agrícola, produção diversificada, venda do excedente da produção, associação entre agricultura, pecuária, atividade de ofício e comércio; o emprego da mão de obra familiar do colono; os agentes de colonização ofertavam lotes coloniais demarcados, contrato de compra e venda, e escritura pública dos lotes de terras. Em outros aspectos, se distanciavam: as colônias públicas estavam sob a incumbência do governo federal/estadual/municipal, e eram administradas com recursos e funcionários públicos, atendendo a projetos definidos, e aprovados em diferentes instâncias; o pagamento da dívida colonial revertia aos cofres públicos, e os colonos podiam prestar serviços para abater parte da dívida colonial; o governo era responsável pela imigração e despesas de colonização; o número de colônias era reduzido, mas cada colônia abrangia uma área extensa de terras; formação de colônias étnicas, durante o Império, e colônias mistas na República; nas primeiras décadas do século XX, a coloni-

zação pública significava a venda de lotes coloniais, sem a formação de uma estrutura de colônia.

As colônias particulares, por sua vez, tinham perfis múltiplos: pertenciam a empresas colonizadoras nacionais ou estrangeiras, a pessoas físicas que formavam uma empresa, a sociedades limitadas, associações, ou pessoas físicas que vendiam sua propriedade fragmentada; por vezes, as colonizadoras apresentavam um projeto de colonização, outras não, enquanto outras procediam à simples venda de uma gleba de terras dividida em lotes; os preços das terras e os prazos de pagamento eram variados; forneciam contrato de compra e venda, escritura pública; delimitação ou não de sede urbana; atração de compradores via agentes de imigração, propaganda na imprensa; instalação e subsídio à igreja, à escola e aos serviços de filantropia; o perfil das colônias era variável, com colônias étnicas, colônias confessionais, colônias de perfil partidário. As colônias privadas ocuparam, em geral, uma pequena área de terras, adquiridas de particulares ou do Estado, com número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e seus preços das terras. Sob este viés, cada colônia particular era um micro espaço complexo e singular, resultado da negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os lavradores nacionais, os proprietários adjacentes e o poder público, e das contingências macro históricas. A colônia particular representa um universo, com suas próprias regras, suas demandas e seus conflitos, subordinada à legislação brasileira. Observando-as em escala reduzida, é possível apontar algumas de suas dinâmicas.

No Rio Grande do Sul da Primeira República, o número de colônias rapidamente se multiplicou. No arrolamento total das colônias fundadas no estado até 1924, independentemente da nacionalidade dos colonos, constam 50 colônias públicas, 27 de empresas, e 186 de particulares, totalizando 263 colônias. Isso significa que 80,9% das colônias pertenceram à iniciativa privada. No período republicano, até 1922, foram instaladas no estado 12 colônias públicas e 51 colônias particulares, totalizando 63 colônias (Pellanda, 1924; Roche, 2022). Enquanto política pública, o governo estadual reduziu, gradualmente, os subsídios à imigração e colonização, até retirá-los completamente, incentivando a imigração espontânea e a realocação do excedente populacional das antigas zonas coloniais nas “colônias novas”. Os dados estatísticos coletados pelo estado relativos à colonização pública e privada, no período, corroboram para dimensionar a colonização como uma questão social, que implicava em um dinâmico mercado de terras e deslocamentos migratórios, e, ao final da década de 1920, na emergência do Planalto Rio-grandense como novo polo populacional e produtor do estado.

Conforme a Tabela 1, a área colonizada em todo estado, em 1929, era de aproximadamente 4.024.000 hectares. Em termos de colonização pública e particular, a área colonizada pelo estado representava o dobro da área colonizada pela iniciativa privada. Observa-se, porém, que durante o período entre 1927 e 1929, a área colonizada teve um aumento de 117.343 hectares, sendo 37.343 hectares de colonização oficial e 80.000 hectares de colonização particular, ou seja, a colonização particular teve um aumento de área colonizada duas vezes maior que a colonização pública.

Tabela 1 – Área colonizada no Estado até 1929.

Área colonizada no Estado (ha)	1927	1929
colonização antiga	3.110.000	3.110.000
colonização nova	914.500	1.031.843
Total da superfície colonizada	4.024.500	4.141.843
Área colonizada oficial	2.704.500	2.741.843
área colonizada por particulares	1.320.000	1.400.000
área desmatada (cultivada)	2.300.000	2.441.843
área em mato	1.724.000	1.700.000

Fonte: Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP 1929, p. 585. Elaborado pela autora.

A análise da correlação de dados entre colônia/área de colonização confirma que, em termos de número, havia mais colônias privadas que públicas, no estado, mas a área colonizada pelas colônias públicas era superior. Os dados de 1929 informam 60 colônias públicas, que ocupavam uma área de 2.741.843 hectares, ou seja, uma média de 46.697,38 hectares por colônia, que, por sua vez, representam 1.867,89 lotes coloniais de 25 hectares. As colônias particulares, em número de 112, ocupavam uma área de 1.400.000 hectares, com uma média de 12.500 hectares por colônia, ou 500 lotes coloniais. O avanço da zona de colonização no Planalto Rio-grandense, somada à pressão dos colonos pelos títulos de propriedade, contribuíram para agilizar a regularização das posses de terra. Assim, em 1928, dos 79 municípios em que estava dividido o estado, em 52 deles havia núcleos coloniais. Esses núcleos, em número de 172, foram fundados: 60 pelos poderes públicos (federal, estadual e municipal), somando a área total colonizada de 2.694.104ha; e por particulares, 112 núcleos com a área total colonizada de 1.400.000 hectares (Tabela 1 e 2).

Tabela 2 – Colônias nos municípios, públicas e privadas.

	1927	1929
Total de núcleos coloniais	172	172
pela união	37	37
pelo estado	19	19
Pelos municípios	4	4
por particulares	112	112

Fonte: Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP, 1929, p. 585. Elaborado pela autora.

Decorridas quatro décadas de colonização no estado, sob a Primeira República, marcada pelo positivismo castilhistaborgista, sobressai o trabalho da Diretoria de Terras e Colonização, no sentido de identificar, demarcar, medir e legitimar as terras públicas e privadas do estado, com foco central na região do Planalto Rio-grandense, onde a questão agrária era indefinida. Houve o avanço da propriedade privada, e, em proporção inversa, a redução das terras públicas e das áreas florestais, transformadas em áreas cultivadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Situação territorial do Estado, 1929.

Terras públicas – matas (7,86%)	21.000 km ²
Terras particulares (86,78%)	244.000 km ²
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km ²
Superfície do Estado	280.000 km ²
Campos nativos – criação de gado (63,57%)	178.400 km ²
Área desmatada – terras de cultura (9,64%)	26.600 km ²
Matas – públicas e particulares (21,43%)	60.000 km ²
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km ²
Superfície do Estado	280.000 km ²

Fonte: Relatório, 1929, p. 584-585.

O governo castilhistaborgista, via Diretoria de Terras e Colonização, apesar de não impor entraves à atuação de empresários e empresas de colonização no estado, desde que atendessem à legislação vigente, era crítico em relação às colônias privadas. Segundo seus relatórios, as colônias particulares se situam “geralmente em terras legitimadas adquiridas para esse fim, bem como em terras entregues pelo estado como indenização por outras de que se houvera utilizado” (Relatório OP, 1928, p. 59). O diferencial entre a colonização pública e privada residia na finalidade: “tendo a colonização particular, como preocupação exclusiva, somente fins utilitários de lucro imediato acarretando posteriormente aos poderes públicos pesados ônus mormente com trabalhos de viação, o estado não tem feito mais, desde alguns anos, concessão de grandes áreas a particulares, para esse fim” (Relatório OP, 1928, p. 59). Na leitura do poder público, a colonização particular almejava, em primeira linha, o lucro, enquanto o estado tinha uma preocupação social em relação ao colono e ao futuro da colônia.

O jogo discursivo do poder público e das próprias colonizadoras ajustava-se aos interesses em questão. Na essência, ambos compartilhavam do mesmo objetivo: retalhar as terras do estado, revendendo-as em pequenos lotes coloniais para colonos europeus ou nacionais, obtendo uma margem de lucro. Nesse movimento, o Planalto Rio-grandense foi palco da atuação de dezenas de empresas de colonização, cujo limite era a gleba de terras disponível para colonização. Por exemplo, no grande município de Cruz Alta, do início do século XIX, do qual se desmembraram Palmeira e Passo Fundo, foram instaladas 23 colônias particulares, conforme o Quadro 2, número que aumenta quando contabilizadas as colônias públicas. O protagonismo na colonização, porém, foi do estado, via Diretoria de Terras e Colonização, na figura do diretor engenheiro Ernesto Torres Gonçalves, ao manter sob o domínio do poder público as terras devolutas, revendendo-as diretamente aos colonos – sem a intermediação das companhias colonizadoras –, obtendo dividendos aos cofres públicos, além da arrecadação de impostos e aumento da produção.

Quadro 2 – Colônias particulares no território de Cruz Alta na Primeira República.

Município	Ano	Colônia	Fundador	Área (ha)	Pop.	Nac. pred.
Cruz Alta	1896	Santa Clara	Diversos	666	1.200	alemã
	1898	Gen. Osório	Serafim Fagundes & Cia./ Companhia de Coloni-zação	14.735	3.000	alemã
	1898	Neu-Württemberg	Hermann Meyer & Cia.	10.146	3.500	alemã
	1898	Visconde Rio Branco	Antonio Alves Ramos	6.988	2.000	itali-ana
Palmeira	1897	Xingu	Hermann Meyer & Cia.	2.087	200	alemã
	1897	Boi Preto	Hermann Meyer & Cia.			
	1910	Neu-Württemberg (Palmeira)	Hermann Meyer & Cia.	3.744	200	alemã
	1915	Tesouras	Matte, Var-gas, Meira	3.700	300	alemã, nacio-nais
Passo Fundo	1897	Alto Jacuí	Diversos; Schmidt e Annes	32.965	9.700	alemã; itali-ana
	1897	Não-Me-Toque	Schmitt & Opitz Cia.			
	1897	Barra do Colorado	Companhia de Coloni-zação			
	1899	Saldanha Marinho	Castro Silva & Cia.	2.791	1.960	alemã

Passo Fundo	1900	Ernestina	Ernesto Carneira Fontoura	3.600	680	alemã
	1904	Gerisa	Companhia Imobiliária e Agrícola	2.448	740	alemã
	1909	Boa Esperança		9.900	1.800	alemã
	1909	Coronel Selbach	Coronel Selbach	3.872	220	alemã
	1911	7 de Setembro		1.470	2.000	italiana
	1912	Dona Júlia	Vargas	2.000	320	italiana
	1914	Arroio Cotovelo		1.690	500	nacionalista-alemã
	1915	Tamandaré	Matte, Vargas, Meira	9.160	1.000	italiana
	1915	Weidlich	Weidlich	4.800	600	alemã
	1916	Sarandi	Selig & Cia.; Kreiser & Cia.	24.900	1.800	alemã; italiana
	1916	15 de Novembro	Albert Schmitt	?	800	alemã; italiana
	1916	Emílio Calo	Emílio Calo	6.000	300	alemã

Fonte: Pellanda (1925, p. 44-51); Roche (2022, p. 152-155); Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no estado, 1919).

Elaborado pela autora.

2 Colonizadora Meyer, um projeto de imigração e colonização

Na configuração do universo colonial do noroeste do Rio Grande do Sul, sobressaem algumas características e representações, que o descrevem e singularizam: a colônia/município Ijuí, fundada em 1890, se representa como a “terra das etnias diversificadas” e/ou a “colmeia do trabalho”; a colônia Neu-Württemberg/município de Panambi, fundada em 1898, se representa como alemã, protestante e industrial, assumindo o cognome de “Cidade das Máquinas”; e a colônia Serro Azul/município de Cerro Largo, fundada em 1902, se apresenta como alemã e católica. Como ponto em comum, além de sua localização, as três colônias foram fundadas no alvorecer da Primeira República, atendendo à demanda política da região, e receberam imigrantes europeus e colonos descendentes de imigrantes, alocados em lotes coloniais de 25 hectares. O aspecto que as diferencia, e as torna singulares, são seus projetos de colonização, e o desvio da política oficial republicana.

Os republicanos de cunho positivista que assumiram o governo no Rio Grande do Sul, liderados por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, receberam da União a recém-fundada colônia de Ijuí, em 1890, para a qual enviaram o engenheiro Augusto Pestana. Logo, foi o primeiro experimento de colonização mista, misturando em uma mesma colônia diferentes grupos étnicos e religiosos, provenientes de vários países europeus, eslavos e árabes, com os elementos nacionais, descendentes de portugueses, espanhóis, africanos, indígenas. Nos primórdios da colônia, os primeiros imigrantes foram transportados às expensas dos cofres públicos, subsídio logo retirado, prevalecendo a imigração espontânea. A marca positivista está presente na sua organização interna, pois trata-se de uma colônia planejada: a área urbana, dividida em terrenos e quadras, e a parte central em setores (administração, bancos, comércio, serviços), alinhados à praça central; as linhas numeradas e distribuídas conforme os pontos cardeais – Linha Base, Linha 1 Leste, Linha 1 Oeste. Em síntese, foi o primeiro experimento de uma colonização mista – em termos étnicos e religiosos –, de imigração espontânea, e situado em terras públicas, tornado município já em 1912. Esse modelo foi replicado, posteriormente, como política de colonização do estado em todo Planalto Rio-grandense, em particular nas colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1917), e nas áreas colonizadas de modo avulso, resumindo-se à demarcação e à venda de terras.

Na contramão da política oficial castilhista-borgista, estavam os projetos de colonização privados das colonizadoras *Bauernverein* (Associação de Agricultores), que fundou, em outubro de 1902, a extensa colônia de Serro Azul, com área de 100.000 hectares, destinada a imigrantes e colonos

alemães católicos, localizada na região das Missões, nas imediações da colônia pública de Guarani (1891); e da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que fundou a colônia Neu-Württemberg, em agosto de 1898, como colônia de e para imigrantes alemães, e (preferencialmente) protestantes.

Ambos os projetos são singulares pela sua trajetória, e por se opor à política oficial em vigor, ao implementar um projeto étnico e confessional, defendendo-o como pré-requisito para o efetivo desenvolvimento de uma colônia. Para sustentar seu argumento, os empreendedores destacavam os problemas centrais das colônias mistas: as migrações e os reagrupamentos internos dos (i)migrantes para junto de seu grupo étnico, o abandono das colônias mistas, as dificuldades religiosas, linguísticas e educacionais, os conflitos sociais de motivações múltiplas. Nota-se, contudo, que ambos os empreendimentos se situaram nas imediações de uma colônia pública, usufruindo da infraestrutura prévia e dos desvios de imigrantes destas colônias. Intencional ou coincidência, essa localização, somada à expansão da linha férrea, foram fatores favoráveis ao desenvolvimento dessas colônias (Neumann, 2016).

Ao observar o mosaico dos empreendedores e dos empreendimentos de colonização privados em ação na Primeira República, o caso da Colonizadora Meyer é singular e excepcional, pela sua razão jurídica, seu projeto e sua trajetória. A chegada do Dr. Hermann Meyer na estação de trem de Cruz Alta, em fins de novembro de 1898, dá uma pista das expectativas em relação ao seu projeto de imigração e colonização, manifestas pelas autoridades políticas, a elite intelectual e as classes econômicas de Cruz Alta:

quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a estalar em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda de música executou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por enorme multidão, e qual não foi o meu espanto, quando vi à frente o meu Carlos Dhein e um grupo de cavalheiros trajados a rigor que logo tomaram conta de mim, ao descer do vagão. Em poucos segundos conhecia as mais altas autoridades da cidade e logo eu me encontrei cercado de gente. A música silenciou, todos descobriram as cabeças, embora chovesse torrencialmente, eu fui saudado com um solene discurso, no qual me chamaram de *“distintíssimo explorador, colonizador e amigo da terra ilustríssima do Rio Grande do Sul”*, atribuindo-se-me, ainda, qualidades e virtudes, das quais nunca sequer sonhara. Para externar os meus mais profundos agradecimentos pela régia recepção, faltaram-me, na verdadeira acepção do termo, “as palavras”. Evidentemente devia eu responder em português; creio ter-

-me portado a altura, apesar das muitas palavras mal-empregadas que deram um sentido completamente deturpado ao discurso. [...]. A seguir fui conduzido numa carruagem pela cidade por algumas autoridades à residência de Dhein. [...]. Em breve encheu-se a casa com uma multidão de pessoas e eu verifiquei que não se viaja impunemente a Cruz Alta, e essa cidade é uma região de cultura. Trouxeram champanhe, e oito discursos me alvejaram, da câmara, da municipalidade, da imprensa e de diversas sociedades, e fui obrigado a responder todos (Meyer, 1899, p. 79-80 – grifos no original).

Mais do que um estrangeiro desembarcando na estação de trem, então o símbolo da modernidade, cujos trilhos chegaram ao município em 1894, Meyer representava o capital necessário e a possibilidade da materialização de um complexo colonial privado, no território cruzaltense, demanda reivindicada por décadas. E, possivelmente, havia a curiosidade em saber quem era Meyer e a que vinha.

Nos documentos da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, relativos ao século XIX, há indícios de que a região do Planalto Rio-grandense era desconhecida por parte das autoridades provinciais, e, até mesmo, das autoridades locais. Em diferentes ocasiões, houve saídas a campo para recolher informações *in loco*, a fim de informar sobre a qualidade do solo, o relevo, o clima, a hidrografia, as madeiras e seu potencial para colonização. Como resultado, os relatórios produzidos informavam sobre os aspectos físicos e naturais, bem como apontavam possibilidades de exploração econômica, mas pouco informavam sobre seus habitantes e a propriedade da terra, passando a impressão de tratar-se de uma zona de mata, majoritariamente despovoada (Neumann, 2016).

Partindo desse pressuposto, a Colonizadora Meyer optou por essa região para estabelecer seu complexo colonial. Entretanto, nas primeiras incursões em busca de terras para comprar, o sócio e representante da empresa, Carlos Dhein, se queixava da dificuldade para obter terras, e instalar uma extensa colônia, dado a presença de muitos proprietários ocupando a área, somado às terras devolutas e à densa ocupação por lavradores nacionais, especialmente ervateiros. Tal circunstância foi o primeiro revés para a colonizadora, que não conseguiu adquirir uma área de terras extensa, em um período no qual a política do governo castilhistas-borgistas apregoava não conceder terras à iniciativa privada para qualquer fim, mas, sim, reaver ao poder público as terras apropriadas de forma irregular. Assim, a Colonizadora Meyer limitou-se a comprar terras de particulares, devidamente regularizadas, conforme a oferta no mercado, desenhando os contornos do seu

complexo colonial, formado por fragmentos descontínuos: em Cruz Alta, a colônia-modelo e central do empreendimento, Neu-Württemberg (1898); em Palmeira, as colônias Xingu (1897), Guarita/Fortaleza/Erval Seco (1899) e a posse Boi Preto (1898); e em Júlio de Castilhos, a posse Castilhos (1903), perfazendo todo complexo cerca de 24.689 hectares.

Em razão de sua localização próxima à ferrovia e da sede urbana de Cruz Alta, a colônia Neu-Württemberg foi escolhida como sede do empreendimento, recebendo os maiores investimentos, e uma sólida infraestrutura, além de sediar o escritório e a direção da empresa. Tendo em vista a demanda por lotes coloniais e urbanos, a área da colônia foi ampliada, com a compra de sucessivas glebas de terras, adentrando o território do município de Palmeira das Missões, hoje parte do município de Condor. A colônia Xingu, menor em área, viu-se isolada, distante das vias de comunicação, ofertando terras a preços mais acessíveis, reproduzindo em menor escala a estrutura e o projeto de colonização implementado em Neu-Württemberg. Já a colônia Fortaleza/Erval Seco só foi colonizada na década de 1920, fruto da especulação de terras frustradas, uma vez que a área não se valorizou, contribuindo para isso o terreno acidentado e a queda do preço dos lotes coloniais, no mercado de terras. Para liquidar as terras da área, optou-se por delimitar duas sedes urbanas, e impulsionar a venda de vários lotes a um mesmo comprador, sem exigência de moradia e cultivo, independentemente da origem étnica. Daí a presença significativa de colonos italianos, luso-brasileiros, poloneses (somando cerca de 35%), e colonos alemães (aproximadamente 65%). As posses Boi Preto e Castilhos foram medidas e vendidas em grandes áreas, sem qualquer outro investimento. A colonização desordenada sinaliza para a ausência de um projeto claro, no momento da compra das glebas de terras, e, ao mesmo tempo, as práticas variáveis, dentro de um mesmo empreendimento/projeto colonial, ditadas pelo tempo, o espaço e o mercado.

Dado o panorama geral, cabe situar o Dr. Meyer no mundo colonial, seu empreendimento, seu projeto de colonização e sua rede social. O capital social, intelectual e financeiro da família Meyer, proprietários do Instituto Bibliográfico de Leipzig, na Alemanha, foi a base financeira para o empreendimento de colonização no noroeste do Rio Grande do Sul. O jovem Dr. Hermann Meyer (1871, Hildburghausen – 1932, Leipzig) obteve seu título de Doutor em Filosofia, na área de Antropologia e Etnografia, na Universidade de Jena, em 1895, após defender tese sobre a cultura indígena do Brasil central. Para aprofundar seus conhecimentos e coletar material empírico, Meyer organizou duas expedições à região das nascentes do rio Xingu, no Mato Grosso. A primeira, de fevereiro de 1896 a janeiro de 1897, partiu da Europa em setembro de 1895, permaneceu por várias semanas no Rio de Ja-

neiro e duas em Florianópolis, quando passou pelo Rio Grande do Sul para contratar o teuto-brasileiro Carlos Dhein; a segunda, de janeiro de 1899 a novembro de 1899, Meyer partiu da Alemanha em fins de agosto de 1898, fazendo várias escalas no Brasil, chegando ao Rio Grande do Sul, provavelmente, em 23 de setembro, demorando-se, por alguns dias, na capital, quando realizou viagem pela antiga zona colonial alemã e pelas colônias italianas, em outubro/novembro. Posteriormente, realizou uma viagem de reconhecimento pelo noroeste rio-grandense, quando conheceu seu complexo colonial, entre novembro e dezembro. Na virada daquele ano, encerrou a passagem pelo estado, deslocando-se para a região da Campanha, até o Uruguai. Sua última viagem ao país e seu núcleo colonial ocorreu no segundo semestre de 1900, retornando nas primeiras semanas de 1901, acompanhado de sua esposa Elisabeth Meyer (Neumann, 2016).

Nessas expedições, Meyer percebeu no comércio de terras via colonização um campo de investimento promissor, alinhado às discussões dos intelectuais americanistas, que viam com bons olhos a emigração de alemães para o Rio Grande do Sul. Foi nessa trajetória que entrou em contato com o teuto-brasileiro, filho de colonos da região de Montenegro, Carlos Dhein e seus irmãos, o qual se prontificou em materializar um projeto de colonização no Planalto Rio-grandense, atuando como seu representante – unia-se, assim, o capital estrangeiro e o saber do colono rio-grandense. A sociedade entre ambos foi formalizada em 1898, e desfeita no final de 1900. A partir de então, Meyer era o único proprietário da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, com sede em Leipzig, Alemanha, e escritório em Neu-Württemberg, onde mantinha um diretor da colônia e um guarda-livros, em geral, imigrantes alemães, logo, era uma empresa privada de capital estrangeiro. A Colonizadora Meyer ficou na ativa até 1932, quando entrou em inventário e liquidação, em virtude do falecimento de seu proprietário, encerrando, formalmente, suas atividades.

O projeto de colonização do Dr. Meyer, implementado por intermédio da colonizadora, foi pensado e adaptado à conjuntura da nova zona colonial, no transcorrer do processo, fazendo concessões, ora pressionado pelos colonos, ora pela concorrência, ora pelos seus próprios administradores, ora pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais que sacudiram o Brasil e a Alemanha entre 1897 e 1932, especialmente a Primeira Guerra Mundial, e, no período posterior, atravancaram o processo de liquidação do empreendimento. A concessão da autorização para a emigração por parte do governo da Alemanha, em 1906, por si só, assegurava sua legitimidade e credibilidade, ponto sempre ressaltado em sua propaganda. Em termos de “projeto de colonização étnico”, apresentou-se aos emigrantes alemães em potencial como alternativa diferenciada em relação às demais opções, uma

vez que se propunha a realizar e subsidiar um “trabalho cultural” centrado na educação e na assistência religiosa, aspectos negligenciados nas demais áreas coloniais do Rio Grande do Sul, e, neste contexto, nas colônias mistas. Empenhou-se na construção de uma “colônia-modelo”, onde era possível “ser” e “permanecer” alemão, retardando ao máximo a assimilação do meio cultural nacional. Tal ideário também seduziu os colonos das colônias velhas no estado, atraídos pelos preços reduzidos dos lotes coloniais e pela fertilidade do solo. Seu objetivo consistia na realização de um trabalho cultural, porém não assistencialista ou filantrópico (Neumann, 2016).

O discurso da Colonizadora Meyer, ao longo de sua atuação, procurou reforçar sua imagem de empresa interessada na preservação da germanidade dos imigrantes, afastando-se da alcunha de empresa estrangeira e capitalista, que tinha por propósito o retorno do capital investido, por meio da comercialização de lotes coloniais, a preços relativamente elevados – a infraestrutura era um diferencial, e os colonos deveriam pagar por isso. A representação externa oscila entre essas duas imagens. Internamente, a documentação administrativa revela o fracasso financeiro do empreendimento, uma vez que o capital investido não foi recuperado, nem gerou os lucros esperados, não vacilando em cobrar as dívidas dos colonos. Para compensar a decepção financeira, Meyer reforçou o papel cultural e modelar do seu empreendimento de colonização, retirando-se, gradualmente, do cenário colonial. Enquanto o idealizador e proprietário da empresa era obscurecido, no complexo colonial, o imigrante alemão Hermann Faulhaber, pastor luterano, e, posteriormente, diretor da colônia, emergiu como a figura-chave e referência de colônia alemã e colonização no Planalto Rio-grandense.

Enfim, ao analisar no microscópio esse protótipo de empresa de colonização e seu complexo colonial, foi possível lançar luz sobre a estrutura e o funcionamento dos empreendimentos de colonização privados, e sua interface com o Estado, bem como compreender a construção de políticas públicas – ou sua ausência – de imigração e colonização, e como estas (re)configuraram o acesso, a posse e a propriedade da terra – no Planalto Rio-grandense, o lote colonial fragmentou o latifúndio e elevou a densidade demográfica.

PALAVRAS FINAIS

Portanto, as empresas de colonização foram fundamentais na expansão da fronteira colonial, via colônias particulares – étnicas, mistas, confessionais – na região do Planalto Rio-grandense na Primeira República. Empresas/colonizadoras, empresários/colonizadores e empreendedores/colonos são categorias em revisão e (re)atualização na historiografia, que, a

cada novo estudo, evidencia que o assistencialismo e a filantropia não estavam nos objetivos das colonizadoras privadas, que funcionavam como empresas capitalistas, muito menos dos seus proprietários, que agiam como empresários. Esse perfil sobressai no caso da Colonizadora Meyer, a qual tinha um projeto de colonização bem estruturado, adaptado às circunstâncias do cotidiano, com um viés capitalista, evidenciado no comércio de terras, e um viés cultural, ao propiciar assistência religiosa e educacional, voltada à preservação da germanidade.

E os colonos, sujeitos desse processo, como se comportavam? Os indícios apontam para um imigrante/colono europeu empreendedor, que optou por mudar sua trajetória de vida, ao emigrar e empreender em uma nova colônia – esse era o projeto ou a utopia vendidos pela Colonizadora Meyer, ao oferecer uma nova Württemberg aos emigrantes alemães, em terras rio-grandenses. Independente da terminologia, os lavradores nacionais, quilombolas e indígenas foram marginalizados e excluídos deste processo, empurrados para fora das áreas coloniais, categorizados como “intrusos”. As políticas de assentamento dessas populações marginais foram tímidas, assumindo mais um projeto personalista de um ou outro agente público, do que política estatal.

Finalmente, o estudo das empresas ou companhias de colonização constrói um universo na historiografia da imigração e colonização, distinto da realidade das colônias públicas. Embora o acesso aos documentos das colonizadoras ainda seja um dos principais obstáculos, muito se tem avançado, especialmente em relação ao Planalto Rio-grandense, ao Centro-Oeste de Santa Catarina e ao Paraná. Significativa parcela desse esforço de estudo, sistematização e socialização dos resultados de pesquisa pode ser conferida nos volumes da coletânea “Colonos, colônias e colonizadoras”, organizada por João Carlos Tedesco e Rosane Marcia Neumann.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ). 1932 a 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>. Acesso em 10 de ago. de 2023.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Caxias do Sul: EducS, 2001.

- NEUMANN, Rosane Marcia. Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX). In.: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. v. VI. Passo Fundo: Ed. UPF, 2023, p. 13-58.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932*. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1927. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 31 de maio de 1928. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1928.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1929. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.
- RELATÓRIO da Diretora de Terras e Colonização. Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado, 1919.
- RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1915.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. v. VI. Passo Fundo: Ed. UPF, 2023.
- TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. v. V. Passo Fundo: Ed. UPF, 2019.
- TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. v. IV. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.
- TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. v. III. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Recebido em: 17/11/2023

Aceito em: 03/06/2024